

NOTA PÚBLICA

Até quando o serviço público e os servidores do Estado serão penalizados pela falta de gestão dos governos?

As Associações representativas dos servidores públicos das Agências Reguladoras Federais, reunidas no Fórum das Associações das Agências Reguladoras, vêm novamente a público externar sua posição acerca da grave situação que assola o Brasil e o mundo há mais de um ano, em função da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, com imenso impacto na saúde pública e nas condições econômicas e sociais de nossa população.

A situação desafiadora em que o País está imerso no atual momento de agravamento da pandemia, que tem ceifado, diariamente, milhares de vidas de cidadãos brasileiros, pais, filhos, parentes e amigos, exigiu um esforço coletivo na preservação da vida. Nesse cenário, o empenho dos servidores públicos, em especial os que atuam na linha de frente, tem sido motivo de orgulho e reconhecimento pela população brasileira.

Os servidores públicos têm papel fundamental para o Brasil, em especial nesse momento, regulando, executando políticas públicas, fiscalizando e dando segurança à sociedade. Por isso, necessitam de suporte e apoio das instituições para continuar atuando em prol do bem comum.

No âmbito das Agências Reguladoras Federais, seus servidores têm atuado incansavelmente no enfrentamento desta que é a pior crise sanitária já vivenciada no Brasil, para garantir medidas que assegurem a estabilidade regulatória, a previsibilidade e segurança jurídica aos agentes econômicos, atuando de forma que os importantes serviços de interesse público prestados pelos mercados regulados por essas instituições se mantenham em níveis satisfatórios para a população. Nossos esforços não são exclusivos e isolados, englobando outros níveis federativos, o SUS, trabalhadores da saúde como um todo e profissionais de outras áreas que dão apoio e condições para aqueles que atuam na linha de frente, em todos os setores.

Mas, não bastasse o trabalho adicional que a crise acarreta, somos constantemente atacados por membros do legislativo e do executivo federal, com manifestações diretas de desprezo e com propostas que desconsideram o conhecimento técnico e as boas práticas regulatórias, a exemplo das propostas de aceite automático ou prazo inadequado para apreciação de solicitações de registro de medicamentos, que impactam diretamente no trabalho dos colegas da ANVISA.

Defendemos a viabilização de recursos, via auxílio emergencial, para amenizar a situação de vulnerabilidade de milhões de brasileiros, atualmente agravada pelos efeitos da doença, **mas não coadunamos** com o desvirtuamento de propostas e utilização da pandemia como desculpa para adoção de proposições excessivamente restritivas e de longa duração, que tem o condão de enfraquecer os servidores e serviços públicos por eles prestados, contrariando o modelo de Estado de bem estar social consignado na Constituição Federal de 1988 ao impor medidas de forma açodada, sem a devida reflexão por parte da sociedade e desrespeitando os devidos ritos estabelecidos para o adequado desempenho do **espaço democrático** de poder atribuído aos nossos representantes eleitos.

Por isso, manifestamos nosso **repúdio** à forma como se desvirtuou a nobre intenção de direcionar esforços e recursos financeiros para viabilizar ações de combate à pandemia e à

crise que se instalou no país, especificamente quando da aprovação da PEC 186/2019 - PEC Emergencial, cuja proposta foi elaborada pelo poder executivo e promulgada pelo nosso parlamento no dia 15 de março de 2021.

Na tramitação desta PEC não houve tempo hábil para que os setores se organizassem e procurassem seus representantes eleitos para debate dos efeitos nefastos e a precarização do serviço público trazidos pela inclusão de outros temas na Emenda. Ressaltamos a parcela de responsabilidade do poder executivo, que elaborou e defendeu tal proposta no âmbito do parlamento.

Reafirmamos nosso posicionamento diante do cenário nacional em defesa dos serviços públicos e da necessidade de que os poderes constituídos busquem as melhores ações para o enfrentamento das incertezas trazidas pela pandemia de Covid-19 e suas consequências.

Nesse entendimento, que sejam tratadas como emergenciais as medidas que de fato tenham esse caráter, para uma resposta imediata às necessidades prementes da população.

Para outras questões cuja implementação se entenda necessária, em especial aquelas que afetem de forma significativa e estrutural a quantidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, defendemos que ações conjuntas, colaborativas e exaustivamente debatidas são o melhor caminho para a adoção das melhores propostas, com fortalecimento do serviço público e conseqüente atendimento dos anseios da sociedade.

Nossas atenções se voltam para a proposta da Reforma Administrativa - PEC 32/2020. As Associações signatárias desta Nota têm atuado em conjunto e buscando as entidades nacionais representativas da categoria - Unareg e Sinagências, para debates acerca de uma Reforma que teria o potencial de aprimorar o serviço público no País, se bem conduzida e implementada. Mas, não podemos tolerar o contrário disso, que significaria na realidade mais retrocessos, precarização e prejuízos à sociedade, como se observa a partir de propostas constantes na PEC 32/2020 em discussão.

Não concordamos com o atual texto e esperamos que o amplo debate seja proporcionado dessa vez, como já indicado pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - Fonacate, na assembleia da instituição realizada no mês de fevereiro, e outras entidades representativas dos servidores e da sociedade civil.

Reconhecemos a importância do questionamento conjunto feito pelo Fonacate e parlamentares da Frente Servir Brasil, pela suspensão da tramitação da PEC 32/2020, até que os dados que subsidiaram a proposta sejam apresentados pelo governo.

Apoiamos também a decisão da assembleia geral do Fonacate em aderir ao dia 24 de março como **“Dia Nacional em Defesa do Serviço Público”**. A data marca a luta contra os constantes ataques do governo culpando os servidores públicos pela atual crise econômica instalada no Brasil; contra a proposta de precarização, com o fim da estabilidade para a maioria das carreiras do serviço público; contra a redução de salários e contra o aparelhamento do Estado com a possibilidade de contratações sem concursos.

No entendimento das Associações, o momento atual exige medidas de fortalecimento das políticas públicas como vem sendo feito em diversos outros países, e não o contrário, conforme se depreende da avaliação da citada PEC, que se mantida como está e sem a devida discussão, pode mudar estruturalmente e para pior, a qualidade dos serviços públicos oferecidos a todos nós.

Reiteramos nosso compromisso, enquanto servidores e cidadãos, na defesa dos interesses da sociedade brasileira; de mais e melhores serviços públicos; de servidores comprometidos e motivados, valorizando o conhecimento e a técnica, e salvando vidas.

Brasília, 20 de março de 2021.

Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas
- **ASÁGUAS**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica - **ASEA**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - **ASANTAQ**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres - **ASEANTT**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - **UNIVISA**



Associação dos Servidores e demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar - **ASSETANS**



Associação dos Servidores Públicos da Agência Nacional do Cinema - **ASPAC**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Mineração - **ASANM**



Associação dos Servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **ASANP**

